

Visita da ASPP ao Comando Regional dos Açores



Conclusões, propostas e exigências

O Executivo da Direção da **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP)** concluiu a visita de três dias ao Comando Regional (CR) dos Açores.

Após uma reunião com o representante do Governo Regional, outra com o comandante Regional da PSP dos Açores, após reuniões com comandantes de Divisões Policiais, Esquadras e muitas reuniões, visitas, e sessões de esclarecimento junto dos profissionais, ficou claro e evidente que se trata de um Comando com particularidades e especificidades que não devem ser ignoradas.

Realidade do Comando:

- Nove ilhas;
- Dispersão geográfica considerável;
- Afastamento dos centros de decisão;
- Dependência do Governo da República numa realidade de contexto regional;
- Existência de fenómenos naturais conhecidos;
- Existência de uma realidade dual (urbana/rural).

Estas são algumas das características que influenciam o estado da situação, com que se confrontam os profissionais da PSP que prestam serviço no CR Açores.

Deficiências:

Há uma clara falta de efetivo, não ao nível do número de polícias por rácio, mas sim ao nível de realidades constatadas e inexplicáveis, como por exemplo, polícias isolados em esquadras, onde por vezes encerram a esquadra e respondem isolados a ocorrências, ausência de EIR's, esquadras com efetivo total de cerca de 10/15 polícias.

Fracas condições das esquadras e serviços, edifícios sem condições, edifícios pouco operacionais, edifícios com limitações, edifícios totalmente desajustados ao nível inclusive, da segurança dos próprios polícias e das populações que servem.

Parque automóvel com muitas anomalias, frota automóvel envelhecida, gestão questionável ao nível de distribuição de viaturas.

SAD/PSP (ausência de entidades convencionadas para prestação de cuidados médicos).

Estado motivacional dos polícias comprometido, algo notoriamente perceptível.

Algumas realidades a reter e específicas do CR Açores:

- Esquadras de Segurança Aeroportuária com implicação de viagem dos polícias entre ilhas, para trabalharem.
- Esquadra dos Biscoitos (esquadra partilhada com Casa do Povo).
- Esquadra Ribeira Grande (esquadra partilhada com Bombeiros).
- Nove ilhas, três hospitais.

Propostas da ASPP/PSP:

Subsídio de Insularidade;

Consagração legal da atribuição, como os demais trabalhadores da administração pública que trabalham na Região Autónoma dos Açores.

Efetivo;

Reforço de vagas a atribuir ao CR Açores numa correspondência com a realidade e com as concretas necessidades.

Interpretação correta na política de atribuir de vagas, aquando da mobilidade do pessoal.

Celeridade na política de transferências e mobilidade.

Incentivos para maior atratividade da carreira.

SAD-PSP:

Incentivos aos operadores para alargamento de rede de convenções.

Parcerias e protocolos que minimizem os custos de deslocação entre ilhas (recorde-se que para nove ilhas, apenas três ilhas possuem unidade hospitalar).

Aplicação das propostas defendidas pela ASPP/PSP para o SAD a nível nacional.

Condições de trabalho;

Reforço no investimento ao nível de construção e manutenção de esquadras.

Apetrechamento de meios e equipamentos de proteção pessoal.

Parque automóvel;

Reforço no investimento, na aquisição e manutenção do parque automóvel e gestão criteriosa dos meios existentes ao nível da sua distribuição.

Formação

Alargamento de formação ao nível de segurança aeroportuária, ainda ao nível de técnicas de intervenção policial, entre outras.

Ao nível transversal:

A **ASPP/PSP** defende ainda uma reestruturação das tabelas remuneratórias, com a elevação do valor inicial de um agente de Polícia e reflexo nos restantes postos. Para melhoria das condições de vida dos profissionais e também para tornar a carreira mais atrativa.

Defende que a compensação pelo risco seja cifrada no valor de 200 euros em 2022, com a evolução subsequente plasmada na nossa proposta sobre essa matéria.

Defende o respeito integral pelo constante no estatuto profissional da PSP, no que diz respeito à pré-aposentação.

Defende a aplicação da higiene e saúde no trabalho.

Defende uma política de investimento real e não uma visão da segurança pública como tratando-se de despesa.

Defende a dignificação das carreiras e dos profissionais.

Defende ainda ao nível interno, o respeito pela Lei Sindical, a participação dos polícias nas reuniões com os dirigentes e delegados sindicais, sem qualquer restrição ou limitação e conforme plasmado na Lei Sindical (15 horas anuais e durante o serviço).

Conclusão:

Não poderíamos deixar de dar nota, do incedível trabalho dos nossos dirigentes e delegados no CR Açores e deixar ainda um fraterno abraço aos associados e demais polícias do CR Açores, com uma mensagem de solidariedade sindical e disponibilidade total para sermos um contributo ativo na defesa de todos os polícias.

Por fim, foi hoje enviado um documento com o trabalho desenvolvido e um conjunto de propostas para o MAI, Governo Regional dos Açores e DNPSP.

A ASPP/PSP é dos polícias, a ASPP/PSP defende os polícias, a ASPP/PSP são os polícias...

A Direção

#ParaNossaDefesa